

TRADIÇÃO, IDENTIDADE E REGIÃO

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS ASPECTOS TEÓRICOS DO PROJETO DE MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO E CULTURAL DA ZONA DA MATA MINEIRA

ANA PAULA DE PAULA LOURES DE OLIVEIRA*

RESUMO

No presente artigo problematizaremos o conceito de tradição e as associações estabelecidas com identidade étnica e particularismos regionais, utilizando como pano de fundo os desdobramentos do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. Trata-se de pesquisa desenvolvida desde o ano 2000 pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana/UFJF, que já permitiu a identificação e registro de mais de 20 sítios arqueológicos relacionados à tradição Tupiguarani e o estudo pormenorizado de pelo menos seis assentamentos e seus respectivos acervos. Nesse contexto, buscaremos analisar a operacionalidade da categoria geral tradição Tupiguarani, tendo em vista a diversidade cultural que parece ter caracterizado o passado pré-colonial da área.

Palavras-chaves: Tradição, Tupiguarani e Zona da Mata mineira.

ABSTRACT

In this paper, we discuss the concept of tradition and the associations established with ethnic identity and regional particularities, using as background developments the Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira (Project of Archaeological and Cultural Mapping of the “Zona da Mata” Region, Minas Gerais, Brazil). This research is conducted since 2000 by team of the Museu de Arqueologia e Etnologia Americana/UFJF, which has already allowed the identification and registration of more than 20 archaeolo-

gical sites, related with Tupiguarani tradition and detailed study of at least 6 settlements and their collections. In this context, we will seek to analyze the effectiveness of the general category Tupiguarani tradition, in view of the cultural diversity that seems to have characterized the pre-colonial past of the area.

Keywords: Tradition, Tupiguarani and Zona da Mata of Minas Gerais

RESUMEM

En el presente artículo problematizaremos el concepto de tradición e sus relaciones con identidad étnica y particularismos regionales, utilizando como ejemplo los desdoblamientos del Proyecto “Mapeamento Arqueológico y Cultural de la Zona da Mata mineira”. Tratase de investigación desarrollada desde el año 2000 por el grupo de investigadores del Museu de Arqueología e Etnología Americana/UFJF, que ya permitió la identificación y registro de aproximadamente 20 sitios arqueológicos relacionados con la tradición Tupiguarani, además de los estudios pormenorizados de seis asentamientos y sus respectivos conjuntos materiales. En ese contexto, intentamos analizar el carácter operativo de la categoría general tradición Tupiguarani, considerándose la diversidad cultural que ha caracterizado el pasado pre colonial de la región.

Palabras-clave: Tradición, Tupiguarani y Zona da Mata de Minas Gerais.

* Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Museologia. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Não são poucos os conceitos que suscitam controvérsias na arqueologia brasileira desde sua institucionalização, mas sem dúvidas o de tradição é o mais cotado. Desenvolvido inicialmente no âmbito das reflexões histórico-culturalistas e mais tarde reelaborado pela ecologia cultural no contexto norte-americano, foi transposto para o cenário brasileiro por conta da atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRO-NAPA) na década de 1960. Esse foi o início de uma história marcada por debates exaltados e críticas muitas vezes fundamentadas em mal entendidos, que atingiram o seu ápice nos movimentos revisionistas que emergiram no final da década de 1980 e, mais especificamente, nas discussões travadas a partir de 1990 (Barreto 1999/2000)¹.

Neste artigo, objetivamos discutir o conceito a partir de uma perspectiva crítica, tendo em vista sua adoção nas pesquisas desenvolvidas pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana/UFJF (doravante MAEA-UFJF). Em suma, abordaremos as relações estabelecidas entre tradição, identidade e particularismos regionais, refletindo acerca da utilização da categoria geral “tradição Tupiguarani”, levando em conta as interpretações que o registro arqueológico da área vem suscitando.

O CONTEXTO ABORDADO: AS PESQUISAS DO MAEA-UFJF NA ZONA DA MATA MINEIRA

O projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira teve início no ano de 2000, com o apoio financeiro e institucional de prefeituras locais

1 Vale mencionar, nesse cenário, a realização do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira no ano de 2005, ocorrido em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. As problemáticas inerentes à atribuição de identidades ao registro arqueológico se tornaram o destaque do simpósio intitulado “Fronteiras territoriais e identidades socio-culturais: as causas e os significados da variabilidade artefactual dos registros arqueológicos”, organizado por Fabíola Andrea Silva e Adriana Schmidt Dias. As reflexões gestadas na oportunidade foram publicadas dois anos depois, em artigos de Dias (2007), Schaan (2007), Silva (2007), Monticelli (2007), Hilbert (2007) e Oliveira (2007).

que estabeleceram convênios de colaboração bilateral com o MAEA-UFJF, que viabilizaram a permanência da equipe nos diversos municípios abarcados pelo projeto. Ao longo dos mais de dez anos de desenvolvimento das pesquisas foram vários os apoios recebidos das agências de fomento a pesquisa e extensão². No que tange à sua constituição, a proposta pode ser situada em um lócus interdisciplinar, visando o desenvolvimento da Arqueologia aliada ao instrumental da Antropologia, da Etno-história, da História e outras disciplinas afins. O principal objetivo do projeto desde sua elaboração tem sido a identificação, registro e preservação do patrimônio arqueológico e cultural, através dos diversos subprojetos que visam: a) a valorização da memória e da oralidade; b) a conscientização para o patrimônio de um modo geral; c) a criação de museus regionais; d) a caracterização florística e faunística da região; e) o georreferenciamento; f) a promoção das potencialidades locais através da elaboração de programas especiais para desenvolvimento sustentável e, g) a formação de profissionais qualificados, entre outros (Loures Oliveira & Monteiro Oliveira 2001)³.

No desenvolvimento das pesquisas, maior atenção foi dispensada ao exame do contexto histórico e etno-histórico em questão. Foram consultados os textos produzidos pelos viajantes naturalistas que percorreram as Matas Mineiras nos séculos XIX e XX⁴, a documentação referente à administração colonial e imperial, e as fontes secundárias produzidas por historiadores e linguistas, que discutiram as origens dos diversos grupos indígenas que habitaram a região (Lou-

2 Referimo-nos fundamentalmente ao apoio conferido pela FAPEMIG, pelo CNPq, pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora (BIC-UFJF) e pelo Programa de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora.

3 Esta é uma síntese dos objetivos do citado projeto, datado de 2000, que estão presentes no Projeto Executivo do MAEA-UFJF

4 Trata-se fundamentalmente dos textos de Freireyss (1982), Wied-Neuwied (1958), Debret (1978), Spix e Martius (1979), Rugendas (1979), Eschwege (1818), Burmeister (1980), Ehrenreich (1886) e Noronha de Torrezão (1889) entre outros.

res Oliveira 2003).

Com o exercício, foi possível verificar que a maioria das interpretações históricas tradicionais sobre o passado da Zona da Mata mineira, condiciona o início de sua colonização à abertura do Caminho Novo por Garcia Paes Lemes, no início do século XVIII (Mercadante 1975; Castro 1987; José 1965). Foi durante a devassa do território para a implementação do empreendimento que aconteceram os primeiros contatos com os índios denominados Puri, Coroado e Copopó, amalgamados sob a designação genérica de Tapuia (Ibid).

Trata-se de grupos relacionados pela maioria dos pesquisadores ao tronco linguístico Macro-Jê (Rodrigues 1986). De acordo com Monteiro (1995), Tapuia foi o termo utilizado pelos colonizadores para denominar os índios pouco afeitos aos contatos, que habitavam o interior da colônia, em oposição aos Tupi, que residiam na costa. De modo geral, populações pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê e Tupi-guarani são etnicamente distintas e essa diferença seria bem marcada na sua produção material (Ribeiro 1983). Enquanto os Tupi possuíam cultura material relacionada pelos arqueólogos à tradição Tupiguarani, os Macro-Jê poderiam ser vinculados à tradição Una (Luft 1999).

No entanto, a despeito da configuração histórica atestada para a região, os primeiros resultados do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira trouxeram dados que permitiram pensar em uma diversidade bem maior no tocante à ocupação indígena. Os sítios identificados (Tabela 1) são, em sua maioria, pré-coloniais, localizados em topos de colinas, com altitudes entre 200 e 700m, declividades variáveis, classificados como sítios a céu aberto colinares, lito-cerâmicos e unicomponeciais. Eles são ainda congruentes na sua inserção em relação à rede hidrográfica, com declividades mais suaves voltadas para cursos d'água navegáveis. Além disso, apresentam cultura material que pode ser relacionada à tradição Tupiguarani. De modo

geral, os vestígios estão localizados a pouca profundidade (de 20 a 30cm) e com estratigrafia perturbada pelo uso do arado (Loures-Oliveira 2007).

Tabela 01 – Sítios pré-coloniais da Zona da Mata mineira (adaptado de Loures-Oliveira, 2007)⁵

Sítio	Município	UTM	Altitude
Santa Rosa	Rio Novo	693099 7622591	481m
Mata dos Bentes	Rio Novo	690224 7620010	440m
Primavera	São João Nepomuceno	702618 7617899	590m
Poca	São João Nepomuceno	713452 7615863	493m
Goiabeira	São João Nepomuceno	704452 7619650	415m
Teixeira Lopes	Juiz de Fora	643259 7591633	678m
Emílio Barão	Juiz de Fora	643391 7591053	691m
C. Maranhão	Carangola	796001 7704594	780m
Córrego de Areia	Mar de Espanha	710869 7576992	366m
Vista Alegre	Mar de Espanha	704130 7579562	482m
Verônica	Chiador	704513 7564914	270m
Coqueiros	Lima Duarte	633980 7588374	720m
Estiva	Guarani	701957 7635715	490m
Novo Horizonte	Guarani	701957 7635717	488m
Capela	Guarani	701470 7636695	430m
Cemitério	Guidoval	728484 7651729	295m
São Felipe	Belmiro Braga	655736 7559199	480m
Vargem Linda	Leopoldina	0736510 7624540	259m

Dos mais de 30 sítios identificados até o momento, seis já foram efetivamente escavados e tiveram seus dados sistematizados. São eles: Emílio Barão e Teixeira Lopes, situados

⁵ Vargem Linda é um Sítio registrado pela Profa. Lina Kneip, na década de 1990.

no município de Juiz de Fora; Primavera e Poca na cidade de São João Nepomuceno, Mata dos Bentes no município de Rio Novo e, por fim, Córrego do Maranhão no município de Carangola (Loures Oliveira 2006a). No contexto desses estudos pode-se observar que, se os documentos escritos raramente admitiam a possibilidade de grupos pertencentes à família linguística Tupi terem ocupado a Zona da Mata mineira, os trabalhos arqueológicos conduzidos suscitavam outras interpretações (Mageste 2008).

Isso porque nos sítios abordados foi evidenciada uma cultura material que apresenta muitas congruências com aquela pesquisada por Buarque (2002, 2009) em sítios ocupados por grupos ancestrais dos Tupinambá no estado do Rio de Janeiro. A similaridade ficou ainda mais evidente com a análise detalhada da cerâmica do sítio Córrego do Maranhão, que revelou uma semelhança notável no que diz respeito às formas e motivos decorativos (Prous 2006; Buarque 2009; Loures Oliveira 2009).

Essa configuração instou os pesquisadores a examinarem os relatos produzidos por autores quinhentistas e seiscentistas, que descreveram as sociedades habitantes da costa, à época dos primeiros contatos. O objetivo foi detectar alguma referência sobre a presença de tais populações nas regiões mais interioranas do país (Mageste 2008).

Com o exercício, foi possível verificar as informações fornecidas pelo padre Antônio Vieira (1928), que no século XVI escreveu sobre grupos locais Tupinambá⁶, com hábitos e costumes semelhantes aos habitantes do litoral e que se localizavam muito longe da costa. Por sua vez, Anchieta (1933) afirmou que populações Tupinambá, que povoaram a região do Rio de Janeiro, mantinham contato frequente com grupos fixados entre 13 a 300 km para o interior, distância que abarcaria a Zona da Mata mineira.

Nesse sentido, não seria de todo improvável a possibilidade das Matas mineiras te-

rem sido ocupadas por grupos ancestrais dos Tupinambá, tendo em vista a presença dessas sociedades na região já na época do contato. Contudo, junto com tal constatação veio o seguinte questionamento: até que ponto o conceito de tradição Tupiguarani nos permitiria operacionalizar interpretações desse tipo e, nesse caso, se poderíamos conjecturar a respeito da presença de falantes de línguas Tupi na região em um passado ainda mais remoto, tendo em vista as datações apresentadas pelos sítios Mata dos Bentes e Córrego do Maranhão, algo em torno de 1300 ± 150 AP e 1750 ± 200 respectivamente.

Essa problemática foi o ponto de partida para as reflexões acerca da utilização do conceito de tradição na Arqueologia Brasileira, buscando desse modo contextualizar a posição adotada pela equipe do MAEA-UFJF em suas pesquisas. O que percebemos é que falar de tradição inevitavelmente demanda analisar o histórico do conceito bem como as associações que são feitas entre categorias de identidade étnica e mais recentemente, com os particularismos regionais.

O HISTÓRICO DE UM CONCEITO

O ponto de partida para a elaboração do conceito de tradição foi o trabalho de McKern (1937). Depois de anos de debate, as reflexões iniciais foram incorporadas ao trabalho de Gordon Willey & Philip Phillips (1958), que desenvolveram um guia prático para a condução de pesquisas arqueológicas comprometidas com o *corpus* teórico-metodológico do histórico culturalismo. Tendo em vista a ênfase conferida por esta abordagem aos procedimentos tipológicos, com vistas à elaboração de uma seriação cultural, foram definidas unidades arqueológicas que permitissem articular, a partir da cultura material, três dimensões fundamentais na elaboração de uma história cultural de uma sociedade pretérita: espaço, forma e tempo.

Nesse sentido, a ideia de fase acabou por ser enquadrada como pertencente a unidades arqueológicas básicas. Foi definida

6 A designação Tupinambá é utilizada para se referir a um grupo étnico básico, que revela em seu sistema sociocultural os mesmos traços fundamentais (Fernandes 1989:17).

como o conjunto de traços que poderiam ser distinguidos de todas as outras características similarmente concebidas. Por sua vez, o conceito de tradição referia-se a unidade integradora, sendo, portanto, uma “continuidade temporal representada por configurações persistentes em tecnologias únicas ou outros sistemas de formas” (Willey & Phillips 1958: 37; Dias 2007: 62). Não é, pois, difícil concluir que fase e tradição foram pensadas inicialmente enquanto ferramentas metodológicas. De caráter eminentemente classificatório, promoveriam a sistematização necessária para a integração histórico-cultural.

No cenário brasileiro, a divulgação dos conceitos de tradição e fase ocorreu devido à atuação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado pelo casal de americanos, Betty Meggers e Clifford Evans. Os objetivos pretendidos pelo Programa já são mais que conhecidos pelos pesquisadores e quase sempre são criticados por supostamente estarem relacionados a uma forma tradicional e antiga de se fazer arqueologia (Hilbert 2007).

Críticas à parte, o que o PRONAPA queria de fato era entender a dinâmica do povoamento pré-colonial no território brasileiro. Por isso, se dedicaram a prospecções sistemáticas de amplas áreas, coleta de material para seriações, de modo a evidenciar a mudança cultural. De forma semelhante ao que tinha sido exposto por Willey & Phillip (1958), definiram tradição como sendo “grupos de elementos e técnicas que se distribuem com persistência temporal” (Chymz 1966: 35). Por sua vez, fase seria uma categoria menor, que incluiria “qualquer complexo de cerâmica, lítico e padrões de habitação, relacionados no tempo e no espaço” (Ibid: 14).

O diferencial entre a utilização dessas ideias em nosso contexto refere-se à aplicabilidade prática que ela acabou adquirindo. Se no cenário norte-americano, fases e tradições relacionavam-se respectivamente a categorias metodológicas capazes de promover a sistematização histórico-cultural, no Brasil

o enquadramento de sítios arqueológicos em fases e tradições passou a constituir o objetivo final e muitas vezes principal das pesquisas desenvolvidas (Schaan 2007; Dias 2007).

Sobre esse assunto, Dias (2007: 63) nos oferece informações mais detalhadas. No cenário brasileiro, a definição de fases desconsiderou premissas relacionadas à comparação de aspectos cronológicos, “que deveria reger sua integração em uma tradição”. Já o conceito de tradição cada vez mais se afastava de sua concepção original, destinado a “descrever fenômenos de continuidade temporal relacionados a aspectos de natureza tipológica”. Isso, porque, as fases passaram a ser correlacionadas a comunidades autônomas ou semi-autônomas, enquanto tradições representavam entidades tribais ou linguísticas.

Para todos os efeitos, não podemos deixar de comentar que as críticas feitas ao PRONAPA e a aplicabilidade dos conceitos de fase e tradição não podem ser encaradas como um consenso entre os arqueólogos brasileiros. Nesse sentido, os dois exemplos mais representativos são as postulações de Alves (2002) e Hilbert (2007), que chegam ao ponto de questionar a própria vinculação do PRONAPA a tendências histórico-culturalistas, relacionando-o muito mais ao neoevolucionismo e a ecologia cultural.

Ao contrário do alegado por Dias (2007) e Schaan (2007), Hilbert (2007) não acredita que os pesquisadores do Programa estabeleçam relações diretas entre vestígios arqueológicos e etnias a partir do conceito de tradição. Para ele, Meggers e Evans defendiam a associação entre tradições e fases arqueológicas a troncos linguísticos e grupos étnicos somente quando a cultura material estudada fosse associada de modo inquestionável a populações indígenas conhecidas historicamente.

Em termos práticos, a denominação fase deveria ser adotada por se encontrar isenta de qualquer conotação etnográfica, permitindo a avaliação de “entidades arqueologicamente reconhecíveis”, não implicando

em nenhuma “significação tribal ou linguística” (Meggers 1970 *apud* Hilbert 2007:128). Por sua vez, no contexto das ideias evolucionistas, a definição de uma tradição arqueológica teria muito em comum com o estabelecimento de uma espécie biológica, onde os tipos cerâmicos atuariam como equivalentes de populações biológicas.

De toda sorte, é fato que no âmbito do PRONAPA foram definidas as grandes tradições ceramistas, onde cada uma contava com um número significativo de fases. Para os propósitos desse estudo, dedicaremos maiores atenções às considerações tecidas sobre a tradição Tupiguarani.

IDENTIDADE ÉTNICA E A TRADIÇÃO TUPIGUARANI

A definição mais difundida para a tradição Tupiguarani foi elaborada pelo PRONAPA (1969), no final da década de 1960:

Após a consideração de possíveis alternativas, não obstante suas conotações linguísticas foi decidido rotular como “Tupiguarani” (escrito numa só palavra) esta tradição ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etnohistórica estabelecer correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guarani, ao longo de quase todo litoral brasileiro.

Outra elaboração conceitual para a tradição foi proposta por Igor Chmyz (1969: 8), que na II parte do Manual de Arqueologia a definiu como:

Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelha ou preta sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tambe-tás.

O termo acabou por ser definitivamente consagrado em 1972, com a publicação do “Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras”, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Nele

foram listadas todas as tradições, com suas respectivas fases constituintes, evidenciando o desejo de promover uma padronização dos termos arqueológicos utilizados pela comunidade acadêmica. Desse modo, definiu-se a tradição a partir de elementos tecnológicos quantitativos, conferindo grande ênfase à decoração pintada e ao tratamento de superfície corrugado. Os pesquisadores do Programa levaram também em conta a relação da cerâmica com grupos fixados na faixa costeira, pertencentes ao tronco linguístico Tupi-guarani (Oliveira 1991; Schiavetto 2003).

Como visto, não é possível afirmar que associações linguísticas entre o registro arqueológico e grupos historicamente conhecidos não era um dos objetivos do PRONAPA. De fato, uma consulta aos relatórios produzidos é suficiente para demonstrar que os pesquisadores amalgamaram em uma única classe, um conjunto de grupos étnicos que habitavam a zona litorânea, desde o norte ao sul do país. Através de características muito gerais da cerâmica, foram integrados diferentes grupos étnicos, que até onde se sabia, só compartilhavam de uma mesma produção material.

Devemos mencionar que essa associação não foi inaugurada pelo PRONAPA. Na verdade, ela já vinha sendo realizada no Brasil muito antes do estabelecimento de uma arqueologia propriamente científica. Desde o final do século XIX, os pesquisadores já tinham percebido as semelhanças entre a cerâmica produzida por grupos relacionados falantes de línguas Tupi, conhecidos historicamente, com a cultura material evidenciada em sítios arqueológicos da costa brasileira, em locais onde as fontes etno-históricas atestavam a ocupação por grupos Tupinambá, Guarani, Tamoio, Tupina, entre outros. Na verdade, o que os envolvidos no Programa fizeram foi delimitar o alcance conceitual do termo, padronizando a sua grafia e principais características, de modo a torná-lo inteligível e operacional de Norte a Sul do país (Oliveira 1991; Scatamacchia 1990; Noelli 1993).

Para todos os efeitos, em um cenário teórico mais amplo, estudos desenvolvidos no âmbito da etnoarqueologia e etnologia levantaram críticas severas às associações entre cultura material, tronco linguístico e grupo étnico (Viveiros de Castro 1996; Jones 1997; Lima 2011). Atualmente afirma-se que tais associações se fundamentam em um conceito normativo de cultura, típico do histórico-culturalismo, que na prática acaba por impor duas premissas às pesquisas arqueológicas. A primeira é a de que as semelhanças detectadas na cultura material são sempre fruto de grupos sociais portadores de uma mesma identidade cultural, linguística e étnica. A segunda é que pessoas diferentes, vivendo em lugares diferentes e em tempos diferentes, e que porventura apresentem uma cultura material semelhante, obrigatoriamente devem ter o mesmo tipo de comportamento (Lima 2011). Nesse sentido, as variações no registro arqueológico são explicadas em termos de fase e tradições e nunca a partir do conceito de inovação (O'Brien & Shennan 2009).

Nas últimas décadas, no contexto internacional, os perigos de se relacionar cultura material, língua e identidade étnica foram amplamente discutidos em livro editado por Shennan (1994), "Archaeological Approaches to Cultural Identity", que reuniu os artigos de pesquisadores comprometidos com a temática. Um dos trabalhos mais emblemáticos é a etnoarqueologia desenvolvida por Ann Osborn (1994), com os U'Wa das encostas orientais dos Andes colombianos. A autora percebeu uma grande variabilidade na produção material, que poderia ser facilmente interpretada por um arqueólogo como o produto de tradições distintas ou quem sabe de diferentes fases. Porém, em contexto etnográfico, a pesquisadora verificou que tal variação foi gestada no interior de uma única sociedade, sendo compartilhada ao mesmo tempo pelo grupo.

Outro estudo de repercussão foi o livro "The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past e present", de Sian Jones

(1997). Para a autora, a apreensão de categorias como identidade cultural e etnicidade só é viável na Arqueologia quando se tem uma compreensão bem ampla de contextos culturais pretéritos, construída a partir de dados de diferentes naturezas, que permitam o reconhecimento das organizações sociais que tiveram lugar no passado. Somente dessa forma é possível examinar a dinâmica que caracterizou tais sociedades e se libertar de explicações que acabam por cristalizar o comportamento humano.

Retornando ao contexto brasileiro, apesar da penetração dos trabalhos produzidos no exterior, as associações diretas entre cultura material, identidade étnica e tronco linguístico continuam a ser realizadas. Em boa medida, essa postura não deixa de ser confortável, na medida em que contamos com uma vasta documentação descrevendo os hábitos e costumes dos grupos falantes de línguas Tupi. Desse modo, a partir da identificação entre cultura material e famílias linguísticas, é possível recorrer às informações disponíveis, pelo menos para os grupos Tupi, vislumbrando, assim, a possibilidade de se libertar de uma abordagem puramente tecnológica da cultura material.

Um dos trabalhos mais representativos nesse sentido é o doutorado de Brochado, "An Ecological Model of The Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South America", de 1984. No estudo, Brochado incentivou abertamente a construção de analogias entre populações indígenas pré-coloniais e aquelas conhecidas historicamente. Para ele (1984: 565)

Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas.

Na prática, o autor desmembrou a tradição Tupi-guarani em duas subtradições, "Guarani" e "Tupinambá", relacionando-as aos grupos étnicos que receberam essa de-

nominação. As definições foram baseadas na predominância de determinados tipos cerâmicos, tais como acabamentos plásticos e pintura. Por sua vez, os elementos menos chamativos da cultura material foram relegados ao segundo plano. Essa premissa orientou a construção de modelos para explicar migração e dispersão da cerâmica, sempre fundamentados nas datações disponíveis e presença/ausência de elementos decorativos.

O aspecto mais interessante do trabalho de Brochado é o fato do pesquisador entender a Arqueologia como uma forma de se perceber a História Indígena. Desse modo, buscou se afastar dos trabalhos descritivos e quantitativos que foram produzidos no âmbito do PRONAPA e identificou os processos culturais que foram responsáveis pelas rupturas e continuidades entre o passado pré-colonial e o histórico. Não seria errado dizer que o trabalho de Brochado se aproxima em muitos pontos da Arqueologia Social desenvolvida nos outros países da América Latina, principalmente México, Colômbia, Chile e Venezuela, que apresentaram uma concepção bem particular do conceito de tradição.

Não nos estenderemos muito sobre esse assunto, porém devemos mencionar as premissas que orientaram a perspectiva: o reconhecimento da Arqueologia como ciência social; a possibilidade de evidenciar linhas de mudanças e permanências entre o passado e o presente; e, principalmente, a percepção de que a história dos grupos passados só poderia ser obtida através do uso de categorias analíticas gerais, como por exemplo, a de tradição, que é imbuída de implicações étnicas e de identidade cultural (Lumbreras 1974; Patterson 1994).

Digno de nota é o fato do trabalho de Brochado ter incentivado o desenvolvimento de estudos regionais, comprometidos com o ideal de evidenciar as especificidades locais das tradições arqueológicas. Essa perspectiva se tornou mais visível nas décadas de 1990 e 2000, com a profusão de trabalhos acadêmicos abarcando extensos territórios e, em muitos casos, complexos regionais (Araújo

2001). Não podemos esquecer a variedade de estudos relacionados com a Arqueologia Preventiva, principalmente no tocante a empreendimentos lineares, que acabou por instar os arqueólogos a entenderem a conformação arqueológica de vastos recortes geográficos.

Nesses estudos, é possível observar que o regionalismo emerge como uma espécie de panacéia, capaz ao mesmo tempo de sepultar ou corroborar todas as críticas que o conceito de tradição e sua associação com identidade étnica possam vir a suscitar. Aqueles que defendem o conceito de tradição como uma categoria classificatória de caráter geral, buscam encaixar as coleções arqueológicas em modelos pré-concebidos, ratificando as analogias diretas, na medida em que evidenciam apenas aquelas características que tornam possível essa inserção.

Já para os que acreditam que o conceito é insuficiente para abordar identidade étnica e linguística, os estudos regionais se prestam a função de mostrar na cultura material tudo aquilo que é excepcional e que não pode ser relacionado a concepções gerais e muito menos a grupos historicamente conhecidos. Ambas as situações configuram um círculo vicioso, que em nada contribui para o avanço teórico-metodológico da questão. Isso, porque, o conceito de tradição é sempre reificado ou rebatido, sendo raramente refletido.

Outro problema refere-se à própria utilização da noção de regional. Não é de hoje que a Arqueologia vem se valendo do termo sem nunca se deter em discutir as suas origens e implicações. O que não deixa de ser curioso, já que o conceito de região tem evocado profundas discussões teóricas desde meados século XVIII, que culminaram na criação de uma disciplina específica, a Geografia. Desse modo, existem diferentes conceitos de região, cada um deles relacionados a correntes específicas do pensamento geográfico (Carvalho 2002).

O QUE OS ARQUEÓLOGOS ENTENDEM POR REGIONAL?

Para entender o significado do termo regional adotado nas pesquisas arqueológicas é preciso primeiro compreender, ainda que brevemente, como esse conceito se conformou no âmbito da Geografia. Uma das primeiras concepções de região é a de região natural, que emergiu de forma sistematizada no final do século XIX, principalmente por conta dos incipientes estudos geográficos elaborados na França e Alemanha. Logo o termo se expandiu, ganhando outros países. Trata-se de definição pensada por Friedrich Ratzel, que entendia região como uma porção da superfície terrestre, dimensionada de acordo com escalas territoriais diversificadas e caracterizada pela uniformidade decorrente da combinação dos elementos da natureza, tais como a vegetação, o relevo, a geografia, entre outros. O determinismo ambiental é evidente na concepção, o que acabou por angariar críticas severas (Fonseca 1999).

Um dos principais críticos foi Vidal de la Blanche, francês que encabeçou uma corrente do pensamento geográfico denominada de Possibilismo. A perspectiva foi responsável pela elaboração do conceito de região geográfica. De acordo com a vertente, a concepção não deveria abarcar somente o aspecto natural, mas também as relações estabelecidas entre os homens e o seu meio. A região geográfica comportaria não só a extensão territorial de uma paisagem, mas também os componentes humanos que ali se distribuíam. Esses aspectos deveriam ser relacionados de modo harmonioso pelo geógrafo no seu esforço de delimitação (Claval 1981).

A partir da década de 1950 o conceito de região é novamente colocado a prova no âmbito da Geografia. Richard Hartshorne defendeu que as diferenciações de regiões não deveriam se calcar apenas nas relações harmoniosas estabelecidas entre o homem e a natureza, mas a partir da integração dos fenômenos heterogêneos, que tiveram lugar em uma determinada porção da superfície da terra. Desse modo, estabeleceu métodos

próprios para abordagem regional: o método ideográfico, que se pautava numa análise singular de determinado território, buscando evidenciar os vários elementos que o tornava específico; e o método nomotético, de caráter generalizante e que tinha como principal objetivo permitir comparações entre regiões distintas de modo a evidenciar possíveis regularidades (Lencioni 1999).

Essa concepção de região foi suplantada em meados da década de 1950, com a ascensão do enfoque conhecido como Nova Geografia, perspectiva imbuída de um caráter positivista. A região foi definida como um conjunto de lugares, que apresentassem menos diferenças internas, do que externas entre si. Para mensurar as diferenças, os pesquisadores defenderam o uso indiscriminado de técnicas estatísticas, tornando a delimitação de uma região, um problema matemático (Fonseca 1999).

A Nova Geografia apontou ainda a dificuldade de se trabalhar com uma única definição, criando novas categorias, que deveriam ser usadas de acordo com os interesses da pesquisa desenvolvida. Assim, estabeleceu-se a região homogênea, relacionada à similaridade apresentada por uma área no tocante aos seus aspectos ambientais e produtivos; região funcional, definida a partir das influências de um local sobre outro; região polarizada, que estabelece um recorte a partir das atividades humanas que são desenvolvidas em um local; e por fim, região plano, que se fundamenta nas estratégias econômicas empregadas em um determinado lugar (Carvalho 2002).

A partir da década de 1970, com os ataques cada vez mais ferozes ao positivismo, as concepções elaboradas pela Nova Geografia saem de cena, dando lugar às formulações desenvolvidas no âmbito de uma geografia mais crítica e humanista. As três definições mais populares são interconectadas e continuam sendo utilizadas pelos geógrafos até hoje. Definiu-se a região de vivência, pensada como o resultado de articulações, embates e reivindicações de atores sociais em

busca de poder e dominação. Isso pode vir a configurar também uma região de poder, que é delimitada pela dinâmica de acumulação capitalista, que é por essência desigual e combinada, o que culmina na caracterização de uma região do capital (Fonseca 1999).

Frente a este cenário, fica mais do que evidente que a adoção da ideia de região e consequentemente a defesa por particularismos regionais nas pesquisas arqueológicas é algo de veras complexo. Provavelmente devido ao fato da Arqueologia permanecer em descompasso com as proposições da Geografia, apesar de beber constantemente de seu manancial teórico-metodológico, pelo menos desde meados do século XVIII. Nos trabalhos arqueológicos, o termo região é usado para se referir ao espaço natural, definido pelo binômio território e elementos da natureza. Uma concepção que já foi criticada e soterrada pelos geógrafos há mais de 100 anos.

Podemos explicar essa defasagem a partir da constatação de Dunnell (2006). Para o pesquisador, as pesquisas arqueológicas carecem de uma expressão mais explícita de teoria. Isso, porque, os arqueólogos se esmeram em debater histórico-culturalismo, processualismo e pós-processualismo, mas se esquecem de discutir as diversas conceituações que suas unidades mais básicas de análise suscitam. Na maioria das vezes, elas aparecem na bibliografia de forma contraditória, desvinculadas de seu sentido real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRADIÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICA NAS PESQUISAS DO MAEA-UFJF

No tocante ao processo de ocupação da Zona da Mata mineira, esse panorama teórico é o suficiente para nos alertar dos perigos que são inerentes ao emprego de associações ente cultura material, tronco linguístico, identidade étnica e particularismo regional. É verdade que seria muito confortável atestar, a partir dos dados arqueológicos disponíveis, uma ocupação inicial de grupos Tupi,

que teria diminuído de intensidade em período histórico para dar lugar aos denominados Tapuia, provavelmente Macro-Jê e inimigos dos falantes de línguas Tupi (Monteiro 1995). Contudo, o que os estudos nos têm revelado é que a ocupação das Matas mineiras por diferentes grupos étnicos foi um processo muito mais complexo.

Os dados empíricos nos informam que tecnologias associadas a diferentes tradições foram contemporâneas, muitas vezes no mesmo recorte geográfico. Esse é, por exemplo, o caso dos municípios de Carangola e Rio Novo. A menos de 20 km do sítio Córrego do Maranhão, interpretado como pertencente à tradição Tupiguarani, encontra-se situado no distrito de Ponte Alta de Minas, o sítio Toca dos Puri, que apresenta elementos têxteis e um arranjo funerário típico de grupos Jê conhecidos etnograficamente. Os dois sítios apresentam datações por C14 que os inserem no mesmo período cronológico, algo em torno de 650 +/- 90 AP (Loures Oliveira 2008:91-96). No caso do município de Rio Novo temos a mesma situação, onde mais de um sítio pertencente à tradição Tupiguarani se encontram a poucos quilômetros da Pedra da Babilônia, onde foi encontrado um conjunto funerário nitidamente relacionado a grupos Jê. Todos muito próximos no tempo e no espaço (Loures Oliveira 2006b:197).

Frente a esse cenário, a utilização do conceito de tradição como o resultado da associação entre cultura material, identidade étnica e tronco linguístico acabam por mascarar a diversidade que parece ter caracterizado o passado de ocupação da região. Visto que seria muito mais fácil isolar as diferentes manifestações arqueológicas, associando a grupos étnicos específicos, do que admitir a possibilidade de um passado dinâmico, marcado por contatos entre grupos portadores de tecnologias diferentes. Ou, quem sabe, pensar na hipótese de grupos semelhantes produzirem uma cultura material diferente e de grupos distintos compartilharem o mesmo tipo de produção material.

É por reconhecer a complexidade do

assunto e por acreditar que se constitui uma “violência interpretativa” (Lima 2011: 18) denominar de Tupinambá ou Guarani grupos que talvez recusassem categoricamente esse etnônimo é que em nossas pesquisas concebemos tradição como pensada originalmente no cenário norte-americano. Como um marco metodológico classificatório poderoso, que nos permite transitar com segurança pelas tipologias que estabelecemos. Quando nos referimos especificamente à tradição Tupi-guarani, é certo que estamos nos referindo a uma cultura material que apresenta um conjunto de características tecnológicas recorrentes em toda a América Latina e não ratificando possíveis implicações étnicas e/ou linguísticas (Loures Oliveira 2006b, 2010).

Na verdade, essa postura vem sendo sinalizada nos estudos mais recentes desenvolvidos no Brasil. Uma expressão concreta é a publicação da série “Os Ceramistas Tupiguarani”, editada por André Prous e Tania Andrade Lima (2008). O desejo de se libertar de associações diretas se encontra expresso no próprio título da série. O termo Tupiguarani é utilizado como instrumento classificatório para se referir aos responsáveis por uma produção material específica. Se estes são Tupinambá ou Guarani, é outra história, já que se tem a noção de que o alcance do conceito de tradição é bastante limitado quando o objetivo é a atribuição de identidades ao registro arqueológico.

Nos estudos desenvolvidos na Zona da Mata mineira, a suposição de que a área foi ocupada por grupos ancestrais dos Tupinambá não se sustentou meramente em correlações diretas (Mageste 2008). Pelo contrário, conjugamos dados de diferentes naturezas, de acordo com as orientações de Jones (1997). Partimos das semelhanças verificadas no sistema de assentamento dos sítios da região com aqueles conhecidos historicamente, das informações provenientes das análises espaciais e das indicações etno-históricas que revelam ter sido as Matas mineiras área tradicional de ocupação Tupinambá. Porém, reconhecemos que este ainda não é

um assunto encerrado que o prosseguimento dos estudos podem nos conduzir por outra direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcia Angelina. 2002. “Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira”. *Canindé*, Xingó, 2:9-52.

ANCHIETA, José. 1933. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. 2001. *Teoria e método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese de doutorado em Arqueologia, Universidade de São Paulo.

BARRETO, Cristiana. 1999/2000. “A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil”. *Revista USP*. São Paulo, 44:33-48.

BROCHADO, José Proenza. 1984. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America*. Tese de doutorado em Antropologia, University of Illinois.

BUARQUE. Ângela. 2000. “A Cultura Tupinambá do Estado do Rio de Janeiro”. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, pp.307-320.

BURMEISTER, Hermann. 1980. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Edusp.

CARVALHO, Gisélia Lima. 2002. “Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia”. *Boletim Goiano de Geografia*, 22(1):135-153.

CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. 1987. *Os Sertões do Leste: Achegas para a História da Zona da Mata*. Belo Horizonte,

Imprensa Oficial.

CHMYZ, Igor. 1966. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Manuais de Arqueologia I, CEPA/UFPR, Curitiba.

CHMYZ, Igor. 1969. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Manuais de Arqueologia II*, CEPA/UFPR, Curitiba.

CLAVAL, Paul. 1981. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona, Oiko-Tau.

DEBRET, Jean-Baptiste. 1958. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Companhia Editora, São Paulo.

DIAS, Adriana Schmidt. 2007. “Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, 2 (1): 59-76.

DUNNELL, Robert. C. 2006. *Classificação em Arqueologia*. Apresentação de Astolfo G. M Araújo. Tradução de Astolfo G. M Araújo. Edusp, São Paulo.

EHRENREICH, Paul. 1886. “Über die Puris Ostbrasilien”. *Zeitschrift Ethnologie*, 18:184-188.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. 1818. *Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reisen gesammelt*. Weimar, Landes-Industrie-Comptoir, 2v.

FERNANDES, Florestan. 1989. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo, Hucitec.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. 1999. Em torno do conceito de região. *Sitiensibus*, Feira de Santana, 21:89-100.

FREYREYSS, Georg Wilhelm. 1982. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia.

HILBERT, Klaus. 2007. “Cave canem!”: cuidado com os ‘Pronapianos’! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, 2 (1):117-130.

JONES, Sian. 1997. *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London, New York, Routledge.

JOSÉ, Oiliam. 1965. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

LENCIONI, Sandra. 1999. *Região e geografia*. São Paulo, Edusp.

LIMA, Tania Andrade. 2011. “O problema da atribuição de identidades étnicas a registros arqueológicos”. In: LOPONTE, Daniel; ACOSTA, Alejandro (org.) *Arqueología Tupiguaraní*. Buenos Aires, INAPL, pp. 7-23.

LOUKOTKA, Cestmir. 1937. “La Família Lingüística Coroado”. *Journal Societé Américanist*, Paris, 29:157-214.

LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2003. “A etno-história como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira”. *Canindé*, Xingó, 3: 245-273.

LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2006a. “Sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira: alguns aportes para o entendimento dos antigos assentamentos na região”. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, pp.119-156.

LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2006b. “Ruptura, continuidade e simultaneidade cultural: algumas considerações a res-

- peito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período pré-colonial”. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, pp.193-202.
- LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2008. “Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola-MG”. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, pp.87-98.
- LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2009. “Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira”. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (org.) *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, pp. 9-36.
- LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. 2010. “Identidades genéricas dos grupos macro-jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira”. *Clio Arqueológica Recife*.
- LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula; MONTEIRO OLIVEIRA, Luciane. 2001. “Patrimônio arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira”. *Canindé*, Xingó, 1:1-18
- LOURES-OLIVEIRA, José Carlos. 2007. *Ecologia e Arqueologia da Paisagem: um estudo dos sítios pré-coloniais da Zona da Mata mineira*. Dissertação de Mestrado em Ecologia, Universidade Federal de Juiz de Fora.
- LUFT, Vladimir. 1999. *Da história a pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto do Rio Pomba (o caso da serra da Piedade)*. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LUMBRERAS, Luis. G. 1974. *La Arqueología como Ciencia Social*. Ediciones Histar, Lima.
- MAGESTE, Leandro Elias Canaan. 2008. “Antiguidade Tupi na Zona da Mata mineira: uma abordagem interdisciplinar”. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. (Org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, pp.141-151.
- McKERN, William C. 1939. “The Midwestern Taxonomic Method as an aid to archaeological culture study”. *American Antiquity* 4:301-313.
- MERCADANTE, Paulo. 1975. *Os Sertões do Leste – Estudo de uma Região: A Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MONTEIRO, John. 1995. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MONTICELLI, Gislene. 2007. O céu é o limite: como explorar as normas rígidas da cerâmica Guarani. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, 2(1): 55-65.
- NORONHA TORREZÃO, Alberto. 1889. “Vocabulário Puri”. *Revista Trimestral IHGB*, Tomo LII, Parte 1a:511-514.
- O'BRIEN, Michael J.; SHENNAN, Stephen. 2009. “Issues in Anthropological Studies of Innovation”. In: O'BRIEN, Michael J.; SHENNAN, Stephen (org.). *Innovations in Cultural Systems. Contributions from Evolutionary Anthropology*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press.
- OLIVEIRA, Cláudia. 1991. “Pesquisas sobre a Cerâmica pré-histórica no Brasil”. *Clio Arqueológica Recife*, 1(7):11-88.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites. 2007. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. *Cultura e*

sociedade. Goiânia, 10(1):95-113.

OSBORN, Ann. 1994. "Multiculturalism in the Eastern Andes". In: SHENNAN, Stephen. *Archaeological approaches to cultural identity*. London, New York, Routledge, pp. 141-156.

PATTERSON, Thomas. C. 1994. "Social Archaeology in Latin America: an appreciation". *American Antiquity* 59:531-537.

PRONAPA. 1969. *Arqueologia brasileira em 1968*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

PROUS, André. 2006. "Preto no branco: as pinturas sobre cerâmica tupi-guarani da Zona da Mata mineira." In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Editar, pp.157-167.

PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (org.). 2008. *Os ceramistas Tupiguarani. Volume I. Sínteses Regionais*. Sigma, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Berta. 1983. *O índio na História do Brasil*. São Paulo, Global Editora.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola.

RUGENDAS, Johann Moritz. 1979. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. 1990. *A tradição policrômica no Leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupinambá: fontes arqueológicas e etno-históricas*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

SCHAAN, Denise Pahl. 2007. "Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições". *Boletim do Museu. Paraense. Emílio*

Goeldi. Ciências Humanas, Belém, 2(1):77-89.

SCHIAVETTO, Solange Nunes Oliveira. 2003. *A arqueologia guarani: construção e desconstrução de identidade indígena*. São Paulo, Annablume, Fapesp

SHENNAN, Stephen (Org.). 1994. *Archaeological approaches to cultural identity*. London, New York, Routledge.

SILVA, Fabíola Andréa da. 2007. "O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asurini do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, 2(1): 41-53.

SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp von. 1979. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. vol I. Rio de Janeiro, Melhoramentos.

TENÓRIO, Maria Cristina. 2002. "A Presença Tupinambá em Araruama". In: *Anais do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, SAB, CD-ROM.

TENÓRIO, Maria Cristina. 2009. "Pesquisas arqueológicas em sítios Tupinambá em Araruama". In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.) *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, pp. 37-65.

VIEIRA, Padre Antônio. 1928. *Cartas do Padre Antônio Vieira*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 3v.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Comentários ao artigo de Francisco Noelli". *Revista de Antropologia*, São Paulo, 39(2):55-60.

WIED-NEUWIED, Maximiliano. 1958. *Viagem ao Brasil nos Anos de 1815 a 1817*. São Paulo, Companhia Editora.

WILLEY, Gordon e PHILLIPS, Philip. 1958.
Method and theory in American Archaeology.
Chicago, University of Chicago Press.

Recebido de 29 de Setembro de 2011
Aprovado em 06 de Outubro de 2011